

GCB Securitizadora S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

GCB Securitizadora S.A.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Relatório da administração	7
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	13

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:
Acionistas e Administradores da
GCB Securitizadora S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **GCB Securitizadora S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GCB Securitizadora S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações envolvendo partes relacionadas

Conforme notas explicativas nºs 6. (i) e 16 às demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou transações com partes relacionadas. Caso estas transações tivessem sido realizadas com terceiros (parte não relacionada), a situação patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, bem como o seu resultado apurado para o exercício findo nessa data, poderiam ser substancialmente diferentes. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva acerca desse assunto.

Capital circulante líquido negativo

Chamamos a atenção para o balanço patrimonial, o qual demonstra que o ativo circulante não é suficiente para cobrir integralmente o passivo circulante da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa situação pode indicar dificuldade de liquidez a curto prazo, o que poderia impactar a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras imediatas. Nossa opinião não contém ressalva acerca desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimento em debêntures privadas

Conforme nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía investimentos em debêntures privadas. Em virtude do risco de crédito pela liquidez da contraparte, existência e valorização desses ativos, consideramos este como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) recálculo do valor das debêntures em 31 de dezembro de 2024, com base nas premissas dispostas na escritura de emissão das debêntures; (ii) verificação do recebimento das amortizações durante e após a data base das demonstrações financeiras; (iii) verificação da metodologia de cálculo do valor recuperável dos ativos.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar a existência, a valorização e a realização das debêntures, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido em 30 de setembro de 2024, sem ressalva sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

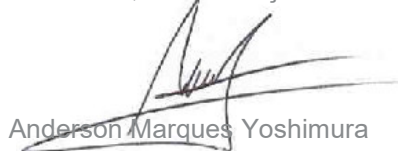
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de março de 2025

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Anderson Marques Yoshimura", is written over a horizontal line.

Anderson Marques Yoshimura
Contador CRC – 1SP-293.997/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

The logo for RSM (Brazilian Society of Auditors) features three colored squares (grey, green, and blue) to the left of the letters "RSM" in a bold, sans-serif font.

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da GCB Securitizadora S.A. (“Companhia”) apresenta-lhes o presente Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, auditadas pela RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.

Ressaltamos que a RSM Brasil Auditores Independentes Ltda não prestou nenhum outro serviço para Companhia além de auditoria externa e nem possui qualquer outro tipo de vínculo com a Companhia ou com seus administradores.

A administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao segmento, e que são autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários.

Esclarecemos que as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), observando as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 11.638/07”).

No exercício contemplado pela presente auditoria externa, a Companhia liquidou a 1ª emissão de debêntures. Em seu resultado, a Companhia obteve lucro de R\$ 336 mil (trezentos e trinta e seis mil e trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e nove centavos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Diretoria enfatiza que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e honrar com suas obrigações no curto, médio e longo prazo. Ademais, possui apenas compromissos financeiros relativos à sua própria manutenção, que estão sendo adimplidos.

A companhia continua concentrando seus esforços em estudos aprofundados para identificar oportunidades de negócios, além de focar na prospecção ativa no mercado, buscando sempre novas possibilidades de crescimento.

GCB SECURITIZADORA S.A.
Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expresso em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo Circulante		-	14.845
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	-	4.759
Operações de crédito		-	10.081
Direitos Creditórios	4	-	3.435
Operação Sojal	5	-	8.564
Contas a Receber		-	776
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	4.b e 4.e	-	(2.694)
Outros Créditos		-	5
Impostos a Recuperar - Curto Prazo	7	-	5
Ativo Não Circulante		690	-
Instrumentos Financeiros		602	-
Aplicação em Debêntures	6.i	602	-
Outros Créditos		88	-
Impostos a Recuperar - Longo Prazo	7	88	-
Total do Ativo		690	14.845
Passivo			
Passivo Circulante		261	14.564
Valores a pagar		261	178
Fornecedores		-	2
Obrigações Tributárias	9	261	148
Valores a repassar relacionados a direitos creditórios		-	28
Captação de recursos		-	14.386
Empréstimos e Financiamentos	8	-	8.289
Debêntures (Curto Prazo)	6.ii	-	6.097
Passivo Não Circulante		197	-
Valores a pagar		197	-
Obrigações Tributárias - Longo Prazo	9	197	-
Patrimônio Líquido		232	281
Capital Social	10.a	5	5
Capital a Integralizar	10.a	-	(5)
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.d	122	-
Reserva Legal	10.b	1	-
Reserva de Lucros		104	281
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		690	14.845

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GCB SECURITIZADORA S.A.
Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expresso em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Bruta		976	901
Receita Operacional	11	976	681
Serviços Prestados	11	-	220
Deduções da Receita Bruta		(46)	(83)
(-) Impostos sobre Serviços	11	(46)	(83)
Resultado Bruto	11	930	818
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas		(408)	(405)
Impostos, Taxas e Contribuições	12	(132)	(77)
Despesas Gerais	12	(276)	(328)
Outros Resultados operacionais		(36)	(2.088)
Provisão para Devedores Duvidosos	12	(36)	(2.088)
Resultado operacional		486	(1.675)
Resultado Financeiro		119	2.065
Despesa Financeira	13.b	(125)	(1.011)
Receita de Aplicações Financeiras de Liquidez	13.a	67	429
Provisão Remuneração dos Debenturistas	13.a	177	2.647
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		605	390
IR e CSLL		(181)	(109)
Imposto de renda e Contribuição Social	14	(181)	(109)
Resultado Líquido do Exercício		424	281
Lucro Atribuível aos Acionistas		424	281
Total do resultado líquido básico e diluído por ação (R\$)	10.c	85,04	56,29

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GCB SECURITIZADORA S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expresso em milhares de Reais)

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/2024	31/12/2023
Resultado Líquido do Exercício	424	281
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	424	281

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GCB SECURITIZADORA S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expresso em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Capital social subscrito	10.a	5	(5)	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	281	281
Saldo em 31 de dezembro de 2023		5	(5)	-	-	-	281	281
Integralização de capital	10.a	-	5	-	-	-	-	5
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.d	-	-	122	-	-	-	122
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	424	424
Destinações:								
Distribuição de dividendos	10.c	-	-	-	-	-	(600)	(600)
Reservas	10.b	-	-	-	1	104	(105)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		5	-	122	1	104	-	232

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GCB SECURITIZADORA S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expresso em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido do Exercício		424	281
Ajustes do resultado líquido do exercício			
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	4.e	(2.694)	-
Provisão de remuneração dos debenturistas		-	(2.632)
Rendimento sobre a carteira de créditos		-	(680)
Ágio na aquisição de direitos creditórios		-	(2)
Outros ajustes da carteira de créditos		-	(321)
Provisão para redução a valor recuperável		-	2.088
Juros sobre as debêntures		-	1.012
Impostos a recuperar		(83)	-
Resultado Líquido do Exercício ajustado		(2.353)	(254)
Variações de ativos e passivos			
(Aumento)/redução das contas de ativos		12.173	(6.304)
Empréstimos e Recebíveis - operação Adiante		-	2.192
Empréstimos e Recebíveis - operação Sojal		-	(11.000)
Contas a Receber		776	2.504
Direitos Creditórios		11.999	-
Aplicação em Debêntures (Patrimonial)	6	(602)	-
Aumento/(redução) das contas de passivo		280	159
Fornecedores		(2)	-
Obrigações Tributárias		49	131
Valores a repassar relacionados a direitos creditórios		(28)	28
Obrigações Tributárias - Longo Prazo	9	261	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		10.100	(6.399)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos com partes relacionadas	8	-	8.901
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	8	(8.289)	(612)
Pagamento de debêntures		(6.097)	(1.040)
Integralização de Capital		5	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		122	-
Dividendos distribuídos		(600)	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		(14.859)	7.249
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(4.759)	850
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.759	3.909
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		-	4.759
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(4.759)	850

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1) Contexto operacional

A **GCB Securitizadora S.A. (anteriormente denominada Vert-Adiante II Companhia Securitizadora de Créditos Comerciais) (“Companhia”)**, sediada em São Paulo - SP, foi constituída no dia 27 de dezembro de 2021 como uma sociedade limitada e alterou seu tipo empresarial para sociedade anônima (S.A.) posteriormente através de assembleia geral de seus acionistas.

O objeto social da Companhia é (i) a aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios; (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (v) quaisquer atividades acessórias ao cumprimento do objeto social da Companhia.

A Companhia realizou a 1ª emissão de Debêntures em 16 de fevereiro de 2022, conforme nota explicativa nº 6.

As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no Grupo GCB.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando a continuidade operacional da Companhia, ou seja, com a presunção de que a entidade continuará a operar no futuro previsível.

2) Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

(a) Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 19 de março de 2025.

(b) Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Board* (IASB).

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

(c) Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(e) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, quando aplicável.

(i) Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: Custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

Custo amortizado: O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. São classificados nesta categoria as contas a receber de clientes, de partes relacionadas, despesas antecipadas, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber;

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. São classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa. Critérios para a constituição de provisão para perdas por redução no valor de recuperação dos direitos creditórios

Provisão para perdas esperadas: Os requerimentos de avaliação da Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada, a qual fica desde já estabelecido, mediante a realização de Assembleia Geral de Debenturistas e sem prejuízo da adoção de providências junto ao Cedente, nos termos do Contrato de Alienação e Aquisição de Direitos Creditórios, que a Emissora poderá ceder para terceiros os Créditos Comerciais que integram os Direitos Creditórios Vinculados, desde que estejam inadimplidas por mais de 180 (cento e oitenta) dias e obedeçam a forma de cálculo de provisionamento de devedores duvidosos prevista na Resolução do CMN nº 2.682 (revogada pela Resolução BCB 4.966 de 25/11/2021 e vigente a partir de 01/01/2025), de 21 de dezembro de 1999, conforme alterada ("PDD").

Atraso entre 1 e 14 dias: risco nível A, no mínimo;	I - 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;
Atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo;	II - 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;
Atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo;	III - 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;
Atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo;	IV - 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;
Atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo;	V - 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E;
Atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo;	VI - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;
Atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G, no mínimo;	VII - 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G;
Atraso superior a 180 dias: risco nível H.	VIII - 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H.

(f) Redução ao valor recuperável

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira, incluindo, a metodologia adotada pela emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios.

Não há aquisição substancial de riscos e benefícios da carteira. A aquisição substancial de riscos e benefícios da carteira, ocorrem por parte dos titulares de cada série, seguindo a subordinação prevista no instrumento de escritura da emissão, conforme aplicável.

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(g) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(h) Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

(i) Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização.

(j) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(k) Resultado por ação

Com base nos termos do CPC 41 o resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício, e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(I) Novos pronunciamentos contábeis**(i) Pronunciamentos contábeis vigentes**

As seguintes alterações dos pronunciamentos contábeis tornam-se obrigatórias para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024:

- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 – R1) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- Alteração da norma IFRS 16 (CPC 06 – R2) - Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento mercantil de retorno;
- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 – R1) - Passivo não circulante com cláusulas restritivas (covenants);
- Alteração das normas IAS 7 (CPC 03 – R2) e IFRS 7 (CPC 40 – R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores.

As emissões/alterações de normas realizadas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) Pronunciamentos contábeis emitidos e não efetivos

O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas:

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Alteração da norma IAS 21 (CPC 02) - Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Aplicação antecipada permitida.
Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) – Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS. Efetua alterações nas normas: • IFRS 1 (CPC 37 – R1), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; • IFRS 7 (CPC 48), abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; • IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; • IFRS 10 (CPC 36 – R3), abordando a determinação do “de facto agent”; e • IAS 7 (CPC 03 – R2), abordando aspectos relacionados ao método de custo.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 – R1) – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, além das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs).	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 19 (CPC 45) – Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.

3) Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta corrente	-	18
Aplicações financeiras (a)	-	4.741
Total	-	4.759

(a) O montante é composto por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração de 98% do CDI.

4) Recebíveis – Operação Adiante

Empréstimos originados por meio de plataforma eletrônica, desde que enquadradas nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Critérios de elegibilidade

Os critérios de elegibilidade definem os títulos que deverão ser adquiridos. As regras foram definidas na escritura das debêntures, e nela detalham todas as análises que deverão ser feitas para aquisição dos Direitos Creditórios pela Securitizadora.

(b) Composição dos recebíveis:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Carteira de crédito	-	3.435
Provisão para perda de crédito esperada	-	(2.694)
Total	-	741

(c) Movimentação dos recebíveis:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	741	4.187
Aquisição	470	16.799
Juros e encargos	37	470
Recebimentos	(1.226)	(18.991)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(36)	(2.088)
Ágio na aquisição de Direitos Creditórios	-	2
Outros saldos	118	362
Dação em pagamento (i)	(104)	-
Total	-	741

(i) Na liquidação das Debêntures foi realizada dação em pagamento com as Notas Fiscais da carteira de Direitos Creditórios da Companhia.

(d) Composição dos recebíveis por faixa de vencimento:

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui Direitos Creditórios em aberto e nem PECLD constituída. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos que constavam em aberto estão discriminados abaixo:

Direitos Creditórios	Valor Presente 31/12/2023	PECLD – 31/12/2023	Valor Presente Líquido – 31/12/2023
<u>A vencer</u>			
A vencer 0 a 30 dias	426	(2)	424
A vencer 31 a 60 dias	129	-	129
Total a vencer	555	(2)	553
<u>Vencidos</u>			
Vencidos 1 a 30 dias	83	(1)	82
Vencidos 31 a 60 dias	87	(3)	84
Vencidos 61 a 90 dias	9	(8)	1
Vencidos 91 a 120 dias	27	(23)	4
Vencidos 121 a 150 dias	30	(24)	6
Vencidos 151 a 180 dias	102	(91)	11
Vencidos 181 a 360 dias	1.185	(1.185)	-
Vencidos acima de 360 dias	1.357	(1.357)	-
Total vencidos	2.880	(2.692)	188
Total Direitos Creditórios	3.435	(2.694)	741

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(e) Montante da provisão constituída e a sua movimentação durante os exercícios:

Descrição	Valor
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(606)
(+) Constituição PECLD	(2.169)
(-) Reversão PECLD	81
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(2.694)
(+) Constituição PECLD	(36)
(-) Reversão PECLD	2.730
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	-

(f) Garantias relacionadas diretamente com os direitos creditórios

Os direitos creditórios não contavam com garantias reais.

(g) Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos, incluindo a execução de garantias e custos envolvidos

Nos termos do “Contrato de Prestação de Serviços de Agente de Pagamento, Cobrança de Créditos e Outras Avenças”, celebrado entre a Companhia e a Adiante (“Contrato de Cobrança”), a Companhia contratou a Adiante para lhe prestar os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados (“Agente de Cobrança”), sendo autorizado à Adiante receber pagamentos de qualquer natureza, conceder descontos e a executar ativa e passivamente ordens de pagamento, observada a obrigação de transferir quaisquer recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Vinculados para a Conta Exclusiva.

5) Recebíveis – Operação Sojal

No dia 16 de agosto de 2023 a Companhia firmou contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios futuros e outras avenças com a Cedente Sojal Comercial Agrícola Ltda., com vencimento final em 30 de junho de 2024.

Por meio deste contrato a Companhia adquiriu Direitos Creditórios, títulos, contratos, inclusive futuros, ou ainda quaisquer outros documentos representativos de créditos pecuniários detidos pela Cedente que sejam oriundos de operações, negócios, serviços ou, ainda, estruturas de incentivo, fomento, financiamento, empréstimo ou de qualquer forma relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou, ainda, industrialização de produtos, insumos, maquinários ou implementos utilizados nas atividades relacionadas com a agropecuária e ao agronegócio como um todo, doravante denominados como (“Fluxos de Pagamentos”) (“Direito(s) Creditório(s)”) ou (“Recebível(is)”), mesmo que individualmente considerados, o que se dará em moeda corrente nacional, nos termos do Contrato.

(a) Composição dos recebíveis:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Carteira de crédito	-	7.930
Juros da operação	-	634
Total	-	8.564

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Movimentação dos recebíveis:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	8.564	-
Aquisição com efeito caixa	-	10.780
Aquisição por recebimento de serviços prestados	-	220
Juros da operação	1.468	634
Cessão de recebíveis (i)	(7.223)	(3.070)
Juros da cessão	(2.809)	-
Total	-	8.564

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia cedeu parcela dos Recebíveis da Operação Sojal englobando o valor de R\$ 7.223 (R\$ 3.070 em 2023).

Adicionalmente, conforme Termo de Quitação, a GCB Securitizadora outorga a referida quitação em relação a tudo que diz respeito a: (i) o Contrato Master celebrado entre a GCB Securitizadora e a Sojal Agrícola; e (ii) a Escritura Pública de Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada pelo 30º Tabelião de Notas da Comarca da Capital de São Paulo. Essa escritura resultou na alienação fiduciária da totalidade de parte do Lote 1-B da Fazenda Ebenezer do Loteamento Todos os Santos, situada no município de Miracema, estado de Tocantins, com área remanescente de 123.62,62 ha, objeto da matrícula nº 6.678; e da totalidade de um imóvel rural, parte do Lote 1 da Fazenda Almesção, do Loteamento Todos os Santos, com área remanescente de 93.94,09 ha, situada no município de Miracema, estado de Tocantins, objeto da matrícula nº 7.641.

Diante da correta quitação, a GCB Securitizadora expressamente concordou com o cancelamento da alienação fiduciária que recaía sobre os imóveis supra descrito.

6) Debêntures**(i) Ativo**

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tinha R\$ 602 aplicado em Debêntures privadas de outra companhia do grupo, sem prazo de vencimento, adquiridas em 2024.

A Companhia registrou as Debêntures pelo custo de aquisição. As Debêntures possuem remuneração baseada em percentual de lucros auferidos pela companhia emissora das Debêntures, sendo que na apuração dos resultados de 2024 não foi auferido lucro.

As Debêntures não possuem garantias reais.

(ii) Passivo**(a) Condições da Escritura de Emissão de Debêntures**

De acordo a escritura das Debêntures, a 1ª Emissão foi realizada em 16 de fevereiro de 2022, no montante de R\$ 100.000 (cem milhões de Reais), realizada em duas séries, sendo a primeira, Série Sênior e a segunda, Série Júnior, das quais 60.000 (sessenta mil) Debêntures da Série Sênior, e 40.000 (quarenta mil) debêntures da Série Júnior, ambas com vencimento em 16 de fevereiro de 2024.

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Remuneração

As Debêntures da Série Sênior faziam jus a juros remuneratórios correspondentes Taxa DI acrescida de spread de 8% a.a., os quais foram pagos semestralmente aos Debenturistas. As Debêntures da Série Júnior não faziam jus à remuneração, exceto ao prêmio equivalente à receita residual oriunda dos Direitos Creditórios Vinculados, se houvesse, a ser pago na Data de Vencimento, após o resgate integral das Debêntures da Série Sênior.

(c) Garantias

Cessão fiduciária (i) dos Direitos Creditórios Vinculados (conforme definido na Escritura de Emissão) de que é titular em decorrência dos Créditos Comerciais que forem adquiridos pela Companhia com os recursos provenientes da Emissão (ii) dos direitos creditórios decorrentes da Conta Exclusiva; e (iii) dos direitos creditórios decorrentes dos Investimentos Permitidos.

(d) Cronograma de Pagamento

Juros Remuneratórios com pagamento periódico semestral;
Valor Nominal com Liquidação Total em 16 de fevereiro de 2024.

Movimentação das debêntures	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	5.463	8.123
(+) Juros incorridos	124	1.012
(+) Juros a apropriar	-	634
(-) Pagamentos Juros	(586)	(1.025)
(-) Remuneração aos Debenturistas	(156)	(2.647)
(-) Pagamento de Principal	(4.841)	-
(-) Dação em Pagamento	(4)	-
(=) Saldo final	-	6.097
 Circulante	 -	 6.097
Não circulante	-	-

(e) Principais direitos políticos inerentes a cada classe de certificado

Os titulares das Debêntures poderiam, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturistas, realizada e convocada de acordo com o disposto no artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Debêntures ("Assembleia Geral de Debenturistas"). As Assembleias Gerais de Debenturistas deveriam ser realizadas de forma presencial, podendo ser ter sido realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio, desde que assim permitido pela legislação aplicável.

(f) Forma de utilização de derivativos e os riscos envolvidos

A emissão não contava com a contratação de instrumentos financeiros derivativos, motivo pelo qual não foram identificados riscos relacionados à contratação desses instrumentos na estrutura da emissão.

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(g) Mecanismos de retenção de risco utilizados na estrutura da securitização, tais como garantias reais ou fidejussórias, subordinação ou coobrigação, assim como, se for o caso, a utilização desses mecanismos durante o período

Cessão fiduciária (i) dos Direitos Creditórios Vinculados (conforme definido nesta Escritura de Emissão) de que é titular em decorrência dos Créditos Comerciais que forem adquiridos pela Emissora com os recursos provenientes da 1ª Emissão; (ii) dos direitos creditórios decorrentes da Conta Exclusiva; e (iii) dos direitos creditórios decorrentes dos Investimentos Permitidos.

7) Impostos e contribuições a restituir

Refere-se a impostos pagos a maior, que estão sujeitos à restituição ou compensação, conforme a legislação vigente.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Impostos a Recuperar - Curto Prazo	-	5
Impostos a Recuperar – Longo Prazo	88	-
Total	88	5

8) Empréstimos

Movimentação

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	8.289	-
Captação	717	8.901
Pagamentos	(9.006)	(612)
Total (i)	-	8.289

(i) A Companhia possuía empréstimos obtidos junto à FMI Securitizadora S.A. Esses empréstimos foram considerados empréstimos entre empresas do mesmo grupo e, portanto, não possuíam juros ou prazo de pagamento definido.

Essas transações estão em conformidade com as políticas internas da Companhia.

9) Obrigações Tributárias

Refere-se a obrigações de impostos federais apurados conforme legislação em vigor, objeto de parcelamento.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamento Federal (curto prazo)	261	148
Parcelamento Federal (longo prazo)	197	-
Total	458	148

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10) Patrimônio líquido**(a) Capital Social**

O capital social subscrito e integralizado da GCB Securitizadora S.A, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 5 (cinco mil Reais), divididos em 5.000 (cinco mil) ações, com valor nominal de R\$ 1 (um Real) cada uma.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Houve a constituição de reserva no valor de R\$ 1 (mil reais) durante o exercício.

(c) Resultados dos exercícios

Os resultados de exercício obtidos constituirão reservas até seus limites legais, ou serão convertidos em ações ordinárias no Capital Social quando acima dos limites possíveis de constituição de reservas ou serão distribuídos aos acionistas da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 600, valor superior a 50% do resultado líquido do exercício que é o mínimo legal exigido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou um resultado líquido de R\$ 424 (281 em 2023), que dividido pela média ponderada das ações no mesmo exercício, que é de 5.000 ações ordinárias (5.000 ações, em 2023), representou um lucro por ação de R\$ 85,04 (R\$ 56,29 em 2023).

(d) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

No exercício findo em 31 dezembro de 2024, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 122.

11) Receita líquida

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços prestados (i)	-	220
Receita de spread (ii)	976	681
(-) Impostos sobre serviços/spread	(46)	(83)
Total	930	818

- (i) As receitas operacionais iniciaram-se em setembro de 2023 decorrente de serviços de planejamento, coordenação, programação e organização técnica, financeira e administrativa.
- (ii) As receitas foram recebidas integralmente na forma de Direitos Creditórios da operação Sojal conforme descrito na nota explicativa nº 5.

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12) Despesas

As despesas abaixo são derivadas das atividades da Companhia.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Auditoria e Assessoria contábil	(76)	(46)
Gestão e estruturação da emissão	(117)	(139)
Agente fiduciário	(20)	(57)
Provisão para perda de crédito esperada	(36)	(2.088)
Ágio na aquisição de Direitos Creditórios	-	2
Impostos, taxas e contribuições	(132)	(77)
Outras despesas	(63)	(88)
Total	(444)	(2.493)

Classificadas como	31/12/2024	31/12/2023
Despesas gerais e administrativas	(408)	(405)
Provisão para perda de crédito esperada	(36)	(2.088)
Total	(444)	(2.493)

13) Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto por receitas auferidas por aplicações em certificados de depósitos bancários, deduzidos das despesas de juros com emissões e despesas financeiras incorridas nos exercícios de 2024 e 2023.

(a) Receitas financeiras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos de aplicações financeiras	67	429
Provisão de remuneração dos debenturistas	177	2.647
Total das receitas financeiras	244	3.076

(b) Despesa financeiras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre debêntures	(125)	(1.011)
Total das despesas financeiras	(125)	(1.011)

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	605	605	390	390
Adições/Exclusões	-	-	-	-
Resultado antes da compensação do prej fiscal, base de cálculo negativa	605	605	390	390
(-) Compensação prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa.	-	-	-	-
Resultado tributado				
Imp. de renda – Alíquota 15%	91	-	59	-
Imp. de renda – Alíquota 10%	36	-	15	-
Contribuição social – alíquota 9%	-	54	-	35
Total	127	54	74	35

15) Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível.

16) Partes relacionadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 ocorreram transações envolvendo partes relacionadas conforme mencionado nas notas explicativas nº 6 e 8.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

17) Relação com auditores

A empresa de auditoria independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria independente.

18) Gerenciamento de Riscos**(a) Riscos relacionados à Emissora**

Atrasos, falta de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora e outros eventos poderão afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar as suas obrigações: A principal fonte de recursos da Emissora para efetuar o pagamento das Debêntures por ela emitidas decorre do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados pelos respectivos Tomadores. Dessa forma, qualquer atraso ou falta de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados, a Emissora poderá afetar negativamente a sua capacidade de honrar as obrigações assumidas junto aos Debenturistas, sendo que, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios Vinculados, a Emissora poderá não dispor de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e/ou o resgate das Debêntures.

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Riscos de mercado

Efeitos da política econômica do Governo Federal: A Emissora, os Direitos Creditórios Vinculados, a Instituição Financeira Endossante e os respectivos Tomadores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente nas políticas monetária, fiscal e cambial e, conseqüentemente, também na economia do País.

(c) Riscos de crédito

A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes das Debêntures depende do pagamento pelos Tomadores dos Direitos Creditórios Vinculados: A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes da Emissão dependerá, nos termos da Resolução CMN nº 2.686, da solvência dos Tomadores dos Direitos Creditórios Vinculados. O recebimento integral e tempestivo dos montantes devidos aos Debenturistas depende do recebimento das quantias devidas em função dos Direitos Creditórios Vinculados.

(d) Riscos de descontinuidade

Amortização ou resgate antecipado das Debêntures: Observado o disposto na Escritura, a Emissora poderá amortizar ou resgatar as Debêntures antecipadamente, conforme o caso na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado.

(e) Risco de liquidez

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de valores mobiliários com lastro em créditos financeiros, como as Debêntures: Os subscritores ou adquirentes desses valores mobiliários não têm qualquer garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares dos valores mobiliários de emissão da Emissora, inclusive das Debêntures, que queiram vendê-los no mercado secundário.

(f) Risco de originação

Decisões judiciais: Determinadas decisões judiciais estabeleceram que cessões de direitos creditórios a entidades não participantes do Sistema Financeiro Nacional – tais como as Companhias Securitizadoras de Créditos Financeiros – não atribuiriam, a tais cessionárias, as mesmas prerrogativas que seriam atribuídas às entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional, como a possibilidade de cobrança de encargos, juros e correção monetária permitidos às instituições financeiras.

(g) Risco relacionado à Instituição Financeira Endossante

Riscos decorrentes dos critérios adotados pela Instituição Financeira Endossante para concessão de crédito: As Debêntures estão sujeita aos riscos inerentes ao processo de originação dos Direitos Creditórios Vinculados e à política de crédito adotada pela Instituição Financeira Endossante, na qualidade de originador dos Direitos Creditórios Vinculados.

GCB Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(h) Riscos Operacionais

A Emissora contrata prestadores de serviços terceirizados: A emissora contrata prestadores de serviços terceirizados para a realização de determinadas atividades, como auditor independente, o Agente fiduciário, o Escriturador, entre outros. Caso alguns desses prestadores de serviços aumentem significativamente seus preços ou não prestem serviços com a qualidade e agilidade esperada pela Emissora.

(i) Riscos de pré-pagamento

Os tomadores poderão optar por pagar antecipadamente os direitos creditórios vinculados, mediante o pagamento integral das respectivas obrigações: Nessas hipóteses, os debenturistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração, conforme o caso, oferecida pelas Debêntures.

19) Alterações societárias

Em 2 de dezembro de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pela (i) alteração da denominação do cargo de Diretor de Controles Internos para Diretos de Compliance e Riscos; (ii) alteração nas atribuições do Diretor de Securitização; (iii) consolidação do Estatuto Social.

Em 21 de novembro de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pela distribuição de R\$ 600 (seiscentos mil reais) a título de dividendos aos acionistas.

Em 17 de novembro de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pela aprovação das contas do exercício de 2023.

20) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

21) Informações adicionais

Contador:

Isabella Gimenez

CRC 1 SP 344808/O-7

Diretor responsável:

João D'Ottaviano Pucci Lima